



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Autocrítica e crítica conservadora ao Projeto Profissional do Serviço Social

Thauan José Pastrello Silva ¹

Resumo: Apresentaremos neste trabalho uma reflexão acerca do processo de constituição do chamado projeto ético político do Serviço Social brasileiro derivado, nas suas particularidades, do movimento de reconceitualização do Serviço Social latino americano e do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro. Tratamos de evidenciar as críticas que este projeto profissional sofre e suas determinações sociais a luz dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos desta profissão. Evidenciando sua capacidade crítica diante das críticas tradicionais a ele impostas pelo recrudescimento do conservadorismo e esboçando possíveis saídas que busquem fortalece-lo diante deste cenário conjuntural adverso.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético Político; Dimensão Política.

Self-Criticism and conservative criticism of the Professional Social Work Project

Abstract: In this work, we will present a reflection on the process of constitution of the so-called political ethical project of Brazilian Social Work derived, in its particularities, from the movement to reconceptualize Latin American Social Work and the movement to renew Brazilian Social Work. We try to highlight the criticisms that this professional project suffers and its social determinations in the light of the historical, theoretical and methodological foundations of this profession. Evidencing his critical capacity in the face of the traditional criticisms imposed on him by the resurgence of conservatism and outlining possible ways out that seek to strengthen him in the face of this adverse economic scenario.

Keywords: Social Work; Political Ethical Project; Political Dimension.

Introdução

Este artigo busca apresentar argumentos contrários à crítica conservadora sobre a suposta incoerência ou ineficácia do projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro. Estas críticas conservadoras que indicam a nulidade daquele projeto profissional se infiltram na profissão muitas vezes em discursos e representações de segmentos de assistentes sociais que reivindicam aquele projeto. Para isto realizamos um resgate a luz do núcleo dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos desta profissão. O esforço deste trabalho é resultado coletivo da pesquisa de dissertação de mestrado, e do processo de pesquisa de tese de doutorado em Serviço Social.

Esta crítica conservadora que resguarda relações com a apreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos desta profissão impactam e influenciam a movimentação do seu projeto profissional. Apresentaremos brevemente como essas

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e professor substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: thauan_jps@hotmail.com.

críticas desferidas por profissionais que reivindicam este projeto são enviesadas e tornam-se críticas conservadoras que servem aos interesses dos apologistas vinculados ao Serviço Social de tipo tradicional e conservador². Buscamos apontar como podemos recuperar esta crítica e inseri-la no processo de amadurecimento construtivo deste projeto profissional, rompendo com seu conservadorismo e apresentando-as como autocriticas superadoras das limitações históricas vigentes a esta profissão.

O que convencionou-se chamar de projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro teve sua gestação atravessada em um momento de transição da conjuntura nacional entre o ocaso da ditadura militar e a nova república. Não bastasse os traumas oriundos deste período a nível externo, esta profissão atravessou também a ascensão e a crise do chamado movimento latino americano de reconceituação.

O que afirmamos é, que embora haja uma nítida transição lenta e gradual na vinculação política da direção desta categoria profissional entre o espectro de forças políticas tradicionais e rupturistas³, este fenômeno ocorre ao mesmo tempo e em um mesmo movimento de crítica superadora dos limites revelados pela reconceituação.

Ou seja, verifica-se um duplo processo de um mesmo movimento onde (A) a mudança “externa” imperativa já tratada por Netto (2011), no espaço sócio ocupacional, a partir das alterações da divisão social e técnica do trabalho, trouxe aos quadros daquele período uma infiltração de tendências, forças e movimentos alternativos ampliando a fissura da chamada “erosão no bloco tradicional do Serviço Social brasileiro”. E (B) Neste sentido, esta erosão do Serviço Social tradicional no Brasil se dá também por vetores

² Para Netto (1971), existe uma diferença entre o chamado Serviço Social tradicional e o Serviço Social conservador. Para o autor, se referir ao Serviço Social tradicional é fazer menção a prática profissional baseada nos princípios do Serviço Social norte americano, em referência ao Serviço Social de caso e de grupo, por exemplo, cuja expressão mais elaborada encontra-se nas obras de Mary Richmond. Já o Serviço Social conservador seria aquele modelo de profissão desvinculado de uma preocupação teórica e fruto de uma reprodução à crítica de abordagens reiterativas e descontínuas, que não solicitam profissionais que tenham formação para tal. Esta distinção serviu para o autor apresentar como o Serviço Social tradicional, norte americano, se relacionou com o Serviço Social conservador na realidade brasileira. Mais tarde esta reflexão será retomada pelo mesmo autor em obra de maior folego que apresenta sua compreensão sobre categorias como a Estrutura Sincrética e a Prática Indiferenciada do Serviço Social. Cf. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 1992.

³ Embora haja a chamada “virada” do Serviço Social brasileiro, em 1979, as entidades que hoje compõem e são vanguarda deste chamado projeto ético político profissional só teve seu quadro diretivo alterado de forma lenta e gradual, com o convívio sempre tenso entre as forças políticas tradicionais e as de intenção rupturistas, é só em 1993, portanto, após catorze anos da “virada” que pode-se falar em uma presidente do CFESS vinculada a forças políticas de esquerda. Acreditamos este fato ser um dos componentes de evidência da hegemonia nascente deste projeto profissional.

“internos” a esta profissão a partir da infiltração dos pensamentos reconceituadores. Este duplo processo gera uma dupla determinação em um movimento de (1) crítica a perspectiva conservadora do Serviço Social tradicional e de (2) crítica à crítica da perspectiva conservadora tradicional de profissão levada a cabo pelos próprios reconceituadores. Este segundo movimento, oriundo deste duplo processo, que chamamos de depuração deste pensamento hodierno surgido com a reconceituação nas suas reflexões mais vanguardistas irão mais tarde basear o que chamamos de projeto ético político profissional. O Brasil terá um destaque fundamental neste arranjo entre a reconceituação latino americana a partir do processo de renovação do Serviço Social brasileiro⁴. Este fenômeno se deu marcado pela inserção do pensamento de cunho marxista que pousava naquele momento nesta categoria profissional.

Desenvolvimento

Um ponto de partida importante é a afirmação de que tanto o ocaso do processo de reconceituação do Serviço Social latino americano, nos idos de 1975, quanto a consolidação do chamado projeto ético político do Serviço Social brasileiro, na década de 1990, tem sua raiz fíncada na compreensão da dimensão política desta profissão, mesmo que de formas distintas⁵. Por sua vez, este ocaso da reconceituação e esta gênese do projeto profissional tem sua relação pouco estudada e guarda possibilidades interessantes de compreensão desta realidade profissional⁶.

⁴ Importante destacar esta relação pois embora haja uma via determinante entre a reconceituação do Serviço Social latino americano e seu impacto no Brasil, não é possível verificar que o modo pelo qual este processo se deu neste país seja o mesmo que se deu entre os demais países deste continente. Há aí uma importante reflexão que nos protege de um desvio anacronista de sobrepor a história sem preservar seus elementos mais particulares e, também, a resguarda de um desvio generalista de importar sem mediação aquele fenômeno latino à realidade brasileira. Este desvio poderia inclusive cancelar a forte crítica vinda dos profissionais brasileiros ao processo latino, principalmente em Netto e Yamamoto, em Yamamoto (2011).

⁵ Destacamos duas formas distintas de compreensão da dimensão política da profissão em ambos os movimentos de reconceituação do Serviço Social na América Latina e de renovação do Serviço Social no Brasil. Nos referimos as abordagens sobre a dimensão política da prática profissional de YAMAMOTO, 2011, em Renovação e Conservadorismo do Serviço Social e de PALMA, 1992, em A Prática Política do Serviço Social. Ali reside uma polêmica sobre a categoria política, que vai rebater em uma complexa análise sobre o assistente social como “agente de transformação”, na perspectiva de Palma e do “messianismo” como um desvio, apontado por Yamamoto.

⁶ Podemos citar muitos estudos da renovação do Serviço Social brasileiros, outros tantos sobre o processo de Reconceituação do Serviço Social latino americano e outros sobre o Projeto Ético Político Profissional, entre aqueles estudos de alta densidade pode-se apreender que há uma relação entre estes fenômenos. Embora sempre citada é pouco explorada nas diversas dimensões de seu entrelaçamento, ou seja, entre seus vetores de ruptura e continuidades. Reside aí uma pista interessante para pesquisa.

Neste sentido é permitido afirmar que embora distintos cronologicamente na história o projeto ético político que dá sustentação a esta profissão no Brasil fora forjado a luz dos rupturistas vinculados ao processo de reconceituação do Serviço Social latino americano. Se uma leitura imediatista poderia apontar que o projeto profissional surgirá *a posteriori* da reconceituação para nós este último processo serviu mais do que um andaime para sua construção, ele é este próprio movimento em movimento, arrancando de suas experiências e superando suas limitações. Daí não deriva a determinação de nenhum fator causal, os vetores incorporados e superados foram desvencilhando-se e vencelhando-se a luz da construção dos assistentes sociais sob o signo da luta de classes.

Esta compreensão demorou ser latente e ainda hoje é polêmica. No caso da reconceituação, esta dimensão política recaiu na ingenuidade messiânica, em desvio basista, que “nunca dissimulou uma franca hostilidade para com as organizações operárias de tipo tradicional” (NETTO, 1971). A dimensão política partidária, por exemplo, por deter uma abrangência universal – por carregar os programas e projetos societários - pôde interferir nos caminhos trilhados pelos sujeitos políticos vinculados a determinadas correntes de pensamento. É importante esgotar as dúvidas sobre esta elevação da dimensão política da profissão a um *status* transformador. Elevar o agente profissional como sujeito histórico revolucionário é, em si, um desvio messiânico que consideramos um grave erro e também uma lição deixada pelo movimento.

Se nos idos dos anos de 1980 e 1990 as inovações deixadas pelo movimento de reconceituação interagiam com o movimento de renovação profissional no Brasil, em um período de transição entre a ditadura militar e a “nova” república, podemos afirmar que no âmbito profissional se processou um confronto entre a força dos quadros vanguardistas renovadores dos anos 1990 e o choque conjuntural oriundo do desembarque neoliberal naquele capitalismo no início da mesma década, este seria o cenário de movimentação de tal projeto profissional naquele estágio de desenvolvimento.

Assim, foi fundamental compreender o resultado desta interação e deste confronto histórico que culminou em um projeto profissional chamado a responder as determinações presentes na realidade social brasileira. Este projeto é, portanto, fruto daquele processo e semente da sua maturação que convencionou-se chamar de ético político. É possível verificar nos reconceituadores uma busca, ainda que imprecisa, por um projeto que conciliasse o resultado daquele processo hegemonicamente. Somente no

Brasil foi possível localizar esta maturação resultante deste processo em tela. Em texto de 1971, já sob forte ataque e inicial declínio da reconceituação latina, Ander-Egg afirma que “a reconceituação é o resultado de novas situações sociais que lançam um repto às ciências e tecnologias que estão em relação com ‘o social’. Há algo no Serviço Social que não serve ou que lhe falta face a essas situações” (ANDER-EGG, p. 9, 1971).

O signo deste processo entre não servir e faltar é a lacuna do projeto de profissão se desenrolando, anos depois seria possível compreender mais visivelmente esta necessidade entre os herdeiros da reconceituação. O argentino Kisnerman, já em 1987, anota que “[...] a profissão será um barco à deriva simplesmente porque nós, assistentes sociais, carecemos de um projeto histórico enquanto outros o possuem e lutam por concretiza-lo” (KISNERMAN, p. 26, 1987).

E é após a primeira metade da década de oitenta⁷, no recuo da reconceituação, que notamos a busca explícita por um projeto profissional. Na edição comemorativa de dez anos da revista Serviço Social e Sociedade, em 1989, aparece nitidamente a busca por um projeto profissional alternativo. O “alternativo” aqui empregado é notadamente referente ao debate oriundo da reconceituação que fora submetido a dura crítica dos brasileiros José Paulo Netto e Marilda Yamamoto⁸, e que viria a ser largamente utilizado, agora com ressalvas, visto que demais profissionais de vanguarda consideravam esta expressão como adequada, é o caso de grandes nomes como Ozanira Silva e Silva⁹, Franci Gomes¹⁰ e Joaquina Barata¹¹, por exemplo.

O que desejamos ressaltar é a reconhecida e reivindicada vinculação com o movimento de reconceituação por parte dos fundadores deste projeto profissional brasileiro onde “A referência a dimensão política da profissão tem na reconceituação sua expressão máxima, e a ruptura pública e coletiva com a prática e concepção reiteradora da profissão [...]” (ABRAMIDES, 1989, p. 34). Isto se salienta nos marcos do V CBAS,

⁷ Vamos verificar a maior incidência da busca por um projeto profissional, nestes termos, a partir de 1985 no Brasil. Este fenômeno tem como marco o V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado naquele mesmo ano, em São Paulo, seu conteúdo esta sistematizado pela Editora Cortez e pela ANAS e publicado no ano de 1987 em um livro contendo as teses, debates e propostas da categoria intitulado “O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais”.

⁸ Cf. IYAMAMOTO. M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaio críticos, 2011.

⁹ Cf. SILVA e SILVA. M. O. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do Projeto Profissional de Ruptura, 2011.

¹⁰ Cf. CARDOSO. F. G. Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social, 1995.

¹¹ Cf. LOPES. J. B. Objeto e Especificidade do Serviço Social: pensamento latino-americano, 1980.

intitulado “O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais”, ratificando o momento “privilegiado de avançar na direção da consolidação de um projeto profissional” (ANAS, 1987, p. 13).

Portanto, fincou-se democraticamente em âmbito nacional, na maior instância deliberativa desta categoria naquele momento, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, organizado pela ANAS, CFAS, ABESS e ENESS, a necessidade de um projeto profissional. E que “este processo vem no sentido de compreender que o espaço do Congresso em si configura como instância de construção coletiva do projeto profissional alternativo” (ABRAMIDES, 1989, p. 37). Este texto foi publicado e assinado pela presidenta da ANAS, Beatriz Abramides que ainda alerta “Reafirma-se que ainda há muito por formular e talvez “projeto profissional alterativo” não seja a terminologia mais adequada ao que consubstanciamos a cada passo” (ABRAMIDES, 1989, p. 38).

Desabrocha-se então, sob o adubo da reconceituação, a semente germinadora de um projeto forjado “longe de qualquer proposta acabada [...] sempre na direção do debate e vontade política de avançar [...]” e que vem “[...] construindo e consolidando coletivamente as alternativas na perspectiva do novo projeto de sociedade” (ABRAMIDES, 1989, p. 38) que florescerá mais tarde denominado de projeto ético político profissional, no solo do Serviço Social brasileiro.

O equívoco de supor que uma profissão possa deter, por si, um projeto histórico – leia-se projeto societário -, como na citação anterior de Kisnerman, por exemplo, não desprestigia a análise dos autores da reconceituação que apontam, nestes textos, a importância de um projeto profissional, justamente o que não compareceu na reconceituação latino americana em suas complexas diversidades nacionais.

Se é verdade que este movimento de reconceituação não se desenrolou em um projeto profissional hegemônico a nível continental não é verdade que este seria o fundamento de seu ocaso, como querem os conservadores de tipo tradicional, supondo uma incapacidade daquele movimento. Neste sentido não seria possível congregarmos os interesses latinos desta profissão em um único projeto profissional, quiçá buscar sua hegemonia. Se compreendermos a aliança entre os projetos societários e os projetos coletivos, e entre eles, os projetos profissionais (NETTO, 1999), é possível compreender que cada projeto profissional restaura a particularidade da sua realidade social em meio

as múltiplas realidades desta profissão nos países latinos e só podem se encontrar na universalidade de um mesmo projeto societário, este sim, síntese das múltiplas determinações de classe e reivindicatória de uma determinada sociabilidade, da qual o projeto profissional pode ser, no máximo, seu aliado.

Em outras palavras, respeitando a complexidade daquele movimento, ele parece ter nos deixado uma tarefa em aberto. Trata-se, nesta compreensão, de persistir na árdua tarefa de construção de projetos profissionais em países latino americanos a partir de suas particularidades. Caso contrário, a busca de uma universalidade profissional no bojo de um Serviço Social latino americano cancelaria por si a capacidade de universalidade, de seu encontro enquanto classe social. Este caso pode ser verificado com uma consequência fundamental para o movimento de reconceituação e que facilitou suas ilusões messiânicas de transformação social.

Em outras palavras, ao elevar a busca por um projeto profissional universal, latino - operação realizada pelos reconceituadores - parte-se do pressuposto de considerar que uma profissão poderia ascender a tal nível de complexidade. Ao se defrontar com este “limite ontológico”, a profissão fora elevada idealmente como suposta universalizadora do processo de emancipação, por meio da “conscientização”, tratando o assistente social como agente de transformação e seu projeto como alternativo. Este limite da reconceituação fora um dos impeditivos da criação de projetos profissionais particulares nas diversas realidades nacionais na América Latina.

Isto se deu, pois, o movimento latino americano reconceituador teimava em uma unidade profissional latino-americana universal inalcançável devido a determinação mediadora de suas próprias particularidades históricas nacionais. Este fenômeno contribuiu por um lado, com a falsa impressão de uma suposta capacidade universalizadora, anulando-se o assistente social como um sujeito membro de determinada classe em si, e se auto elevando como suposto sujeito transformador para si e, por outro lado, aprofundando seu declínio e disseminando uma falaciosa ideia de desmoralização do movimento. Esta falsa ideia de desmoralização do movimento de reconceituação é muitas vezes reatualizada para o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, supondo sua crise.

É possível compreender esta operação de forma mais fácil se observarmos a partir

da perspectiva conservadora tradicional do Serviço Social. É perceptível que existia uma similaridade nas ações filantrópicas e caritativas de tipo tradicional que teimaram incorporar o Serviço Social latino-americano funcionando como um projeto hegemônico tradicional conservador. Este projeto profissional foi incidente e dominante, podendo ser visto em diversas realidades nacionais pelo continente. Isto só foi possível pois estes diversos projetos profissionais se encontravam universalmente a luz de um mesmo projeto societário de cunho, ele mesmo, tradicional e conservador.

Portanto o modo pelo qual o Serviço Social se consolidou nos diversos países vizinhos foram distintos, ainda que resguardassem traços em comum. Veja que neste caso conservador não é um projeto profissional particular se universalizando e sim um projeto universal societário se particularizando amparados naqueles projetos profissionais de mesmo tipo. É óbvio que este processo não se dá unilateralmente e existe uma relação dialética entre eles. O que se quer com esta afirmação é apontar uma determinação histórica deste fenômeno: o intento reconceituador buscou utilizar as experiências profissionais locais para universalizar um projeto profissional único, daí as grandiosas dificuldades enfrentadas por eles, os embates e os grandes riscos ao anacronismo que de fato vieram a incorrer.

A difusão do Serviço Social tradicional no continente não se deu pela universalização de uma única prática positivista, idealista ou outras; e sim, pela adequação de um conjunto de intervenções de mesmo cunho retroalimentadas por um projeto societário que o baseasse localmente em cada realidade. A caridade e a filantropia se espalharam com diferentes formas no Brasil e no Chile, por exemplo, mas com o mesmo conteúdo. Portanto o projeto profissional que busca romper com a lógica tradicional deve se amparar em um projeto societário de mesmo tipo emancipatório. Não podendo crer que o primeiro – o projeto profissional - será uniforme com os demais projetos profissionais de Serviço Social nacionais e/ou que o segundo – o projeto societário - seria uma síntese dos interesses dos demais projetos unificados.

Crendo nisto poderia se afirmar falsamente que o projeto profissional vigente no Brasil, por exemplo, é a síntese indiscriminada das forças políticas emancipatórias que o compõem; ou ainda, que o projeto societário emancipatório que reivindicamos é resultado do acumulado histórico das forças políticas de esquerda, nada mais falso. Ambos os projetos são sínteses da correlação de forças cuja direção dominante é exercida pela força

ou forças que se sobressaíram nas suas disputas internas neste mesmo espectro a cada momento histórico. Daí o problema da suposta unidade (particular) tratada como igualdade (universal) que dilui a particularidade da luta de classes extra institucional sobrepondo a luta profissional institucional. A condição dialética desta relação não imprime um sinal de igual entre as forças que a compõem, ao contrário, é sempre um signo desigual precedidas medularmente pela contradição, pela luta de classes.

Deste modo a assertiva do suposto fracasso da reconceituação não pode ser considerada válida ao analisarmos a história do Serviço Social na América Latina. As diversas críticas conservadoras que são e foram disseminadas sobre este processo pelos teóricos no Serviço Social brasileiro ressaltam, a nosso ver, sua maior qualidade. Na tentativa de capitalizar os frutos da reconceituação do Serviço Social latino americano de então, os intelectuais brasileiros gastavam tinta em uma insistente, consciente e oportunista tentativa de cooptação daquela base de profissionais deslocada pelo movimento e, que estava a ser organizada em distintos projetos profissionais desvinculados aquele conservador e tradicional.

Um destaque vai para as críticas de Ana Augusta de Almeida, professora da PUC/RJ. Em dois textos de 1974 e 1975, publicados na revista Debates Sociais do CBCISS, intitulados respectivamente “O problema da Reconceituação do Serviço Social” e “O Movimento de Reconceituação no Brasil: perspectiva ou consciência”. Nestes textos são notórias as reivindicações, por parte dos tradicionais, dos impactos do movimento. Este fenômeno foi consequência de um modismo¹² que contaminou os ares do Serviço Social e que em sua inflexão fora vítima de um sequestro conservador. A autora chega a afirmar que “no Brasil o movimento de reconceituação surgiu da preocupação com o

¹² O uso de ferramentas da moda não foi, e nem é, recorrente apenas naquele período. É comum que as utilizações de técnicas metodológicas venham sempre combinadas também a uma justificação política. O planejamento, por exemplo, assim como a busca da metodologia, era utilizado com o nobre discurso político da participação do povo, da decisão popular, para o desenvolvimento. Romantizando a estratégia internacional desenvolvimentista de acumulação capitalista aplicadas nos países como o Brasil. Sobre a relação entre as técnicas que utilizam os discursos políticos para se legitimarem parece haver um importante campo de estudo. Durante a reconceituação Ander-egg fez um esforço para contradizer o glossário do Serviço Social daquele período. Para ele havia até então uma utilização indiscriminada de termos que nada diziam e só reforçavam uma retórica própria e excludente por ser exclusiva a um grupo. Este nos parece ser um bom exercício para ser atualizado em relação as reproduções acrílicas, conciliadoras e/ou conservadoras dos valores instituídos neste projeto profissional rupturista. Cf. Manias e achaques del Servicio Social reconceptualizado (ANDER-EGG, 1974, p. 23).

enfoque teórico. O I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá, em Março de 1967, é o evento que marca de forma mais significativa, a presença deste movimento entre nós (ALMEIDA, 1975, p. 44)¹³.

Além de falsa a afirmação é capciosa pois os seminários de teorização são marco deste processo, mas nem de longe deram início a ele. A autora desconsidera, não por ignorância, a chamada “geração-65”, composta por profissionais da Argentina, Brasil e Uruguai, que detém o mérito inicial deste complexo processo. O termo “geração-65” é de Herman Kruse, um dos marcos iniciais deste processo no Brasil é o I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, com destaque a participação de Seno Cornely e também a fundação da editora Grupo ECRO (ANDER-EGG, p. 119, 1974). A crítica conservadora ao movimento de reconceituação pelo bloco conservador tem o objetivo de recuperar os supostos prejuízos causados por este processo capitalizando a mobilização vanguardista que causou, com vistas a reordena-las na lógica positivista, funcionalista e fenomenológica de que era pródiga.

Típico desta crítica é a pouco crítica identificação do movimento como ideológico, em contraposição a perspectiva conservadora que seria científica e filosófica. Para Almeida, com o movimento de reconceituação “o pensamento dos assistentes sociais brasileiros se diversificou da maneira seguinte: o passado e o presente, a filosofia e a ideologia” (ALMEIDA, 1975, p. 48) e para este grupo, dirigente do CBCISS, continua a autora “o serviço social só conseguirá ser científico na medida em que descobrir seus verdadeiros aspectos filosóficos” e questiona “dentro desta problemática a reconceituação do Serviço Social que vem se processando faz-se a nível da aparência ou de outro modo,

¹³ Outras tentativas de difusão de críticas a perspectiva rupturista insurgente com o movimento de renovação no Brasil causou a necessidade de autores deste tipo em publicar obras que apresentassem uma ânsia por uma suposta metodologia do Serviço Social. O objetivo era enquadrar o trabalho profissional à modelos rígidos restauradores do conservadorismo. A bibliografia em que comparecem tais elementos foi fértil no campo profissional levadas a diante principalmente pelo CBCISS e pela Editora Agir. Destaque para a efervescência da utilização destes procedimentos nas obras de Anna Augusta de Almeida e sua então orientanda Balbina Ottoni. Os quadros eram considerados modelos, chamados de Estruturas Analíticas de Contextos de Validação eram um recurso metodológico bastante utilizado. Ele apresentava seu viés fenomenológico, aliado ao tecnicismo de raiz positivista, um típico “arranjo teórico doutrinário” (YAZBEK, 1993) bastante incorporado pela profissão. Para conferir cito os originais ALMEIDA, 1974, p. 35, BRANDÃO, 1973, p. 17, FURHMANN, 1978, p. 43, BOEGLIN, 1979, p. 15, e também o livro Metodologia do Serviço Social contribuição para sua elaboração, de autoria de OTTONI, 1978, pela Editora Agir. No primeiro capítulo a autora busca e expõe a “Construção de Modelos do Serviço Social” e cita o Modelo Analógico e o Modelo Sistemico

perguntamo-nos?” (ALMEIDA, 1974, p. 33). Nota-se que a estratégia conservadora de derivar tudo que é alternativo ao conservador como ideológico não é nova e se reapresenta sempre com tonalidades mais toscas e menos sofisticadas, como as tendências descabidas mais recentes da chamada “escola sem partido”, por exemplo.

É por esta razão que preferimos nos referir então aos limites do movimento de reconceitualização ao invés do suposto fracasso que desprestigia e deslegitima o movimento histórico. Não poderíamos considerar fracassado, como queriam e querem alguns, um movimento que ainda hoje é largamente estudado e que pavimentou e implicou o surgimento de um projeto profissional responsável pela alteração dos rumos de sua profissão no maior país da América Latina, o Brasil.

Não é possível então iniciar uma análise das principais críticas conservadoras de um projeto profissional sem compreendê-lo em pleno processo de movimento, tornando nossa reflexão ainda mais desafiadora. Mais do que isto, nossa contribuição visa fortalecer este movimento de que somos herdeiros e construtores.

Considerações Finais

Um primeiro movimento a ser considerado é a validade da nossa preocupação com as como um argumento falso pode, a nível de interpretação, tornar-se verdadeiro para quem o reproduz. É Yolanda Guerra que nos ajudará nesta explicação. Apoiada em Hegel, Marx e Lukács, que a autora poderá afirmar que

As representações sobre o real constituem-se em mediações analíticas na compreensão da realidade social, do significado da prática profissional, do processo de intervenção. Visto de outro ângulo, a ausência de entendimento sobre as representações da consciência, sobretudo de base material que as produz e as mantém, encaminha o assistente social a tomar os fatos, fenômenos e processos tal como eles aparecem na sua consciência e a buscar em modelos teóricos explicativos da sociedade seu referencial operativo de atuação que, pela reincidência, dos problemas enfrentados, tende a se cristalizar em modelos de intervenção profissional (GUERRA, 1995, p. 150).

A primeira afirmação é de que essas críticas de cunho conservador são representações do real e que, elas também baseiam, como nos diz a autora, o trabalho profissional de assistentes sociais. Em segundo lugar, o trabalhador ao não encontrar entendimento imediato ao enfrentar os fenômenos dos quais baseiam suas críticas encaminha a tomar os fatos como eles aparecem imediatamente, enquadrando-os em modelos teóricos que respondam sua demanda imediata imediatamente. E em terceiro lugar, esta resposta imediata, empobrecida de mediações, passa a ser um modelo de

intervenção pelo qual o profissional lança mão no seu dia a dia de trabalho e que, nas palavras da autora, se cristalizam. Isto se dá pois,

Ao relegar as discussões sobre o significado social e político da profissão a segundo plano, em detrimento das formas de realizar a intervenção, ao conceber as relações sociais entre sujeitos envolvidos neste processo como neutras, ao não atribuir a devida importância às formas de representação que informam a profissão – a sua razão de conhecer -, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações e incorporam (acriticamente) o conteúdo funcional, social e “naturalmente” atribuído (GUERRA, 1995, p. 150)

Se pudéssemos desdobrar esta reflexão categoricamente pertinente aos nossos exemplos aqui tratados poderíamos compreender que ao menosprezar qualquer uma das dimensões teórica, política ou técnica a segundo plano, ou seja, ao não estabelecer uma relação dinâmica entre elas, o profissional “abre mão” de sua capacidade e incorpora o conteúdo funcional atribuído pela lógica vigente. Esta lógica corrobora com as críticas que profissionais reproduzem sobre falsos limites de seu projeto profissional, tornando-as uma crítica conservadora, e não uma auto crítica necessária. Isto porque elas se valem de faces verdadeiras de um mesmo processo cujo signo geral é falso, contribuindo para sua hipoteca e não para sua afirmação.

Isto pois, “tais representações, ao mesmo tempo em que são parte constitutiva da realidade, são mediações intelectivas necessárias à concretização da intervenção profissional” (GUERRA, 1995, p. 150). Portanto estas representações ainda que carreguem um momento de verdadeiro, são falsas. E devem ser contraditas pelo entendimento que desvele o real, e que, quando tratadas sobre a própria atuação profissional apresentem uma auto crítica, firmada nas bases materiais pelas quais se reproduz, pois estas sim são necessárias a própria intervenção profissional, mas que, convenhamos, são por nós pouco utilizadas.

Na raiz filosófica temos que “saber algo falsamente significa que o saber está em desigualdade com sua substância. Ora, esta desigualdade é precisamente o diferenciar em geral, é o momento essencial. É desta diferenciação que provem sua igualdade; e esta igualdade que veio-a-ser é a verdade” (HEGEL in GUERRA, 1995, p. 149).

Daí deriva a máxima utilizada pela autora em que *o falso como falso e não-falso também contempla um momento de verdadeiro*. Portanto, se faz necessário efetivar um movimento de recuperação de tais críticas sobre este projeto profissional que surjam no

seu próprio campo, mas que são surgidas e capturadas pela aparência dos fenômenos e se tornam críticas conservadoras. Esta operação de recuperação das críticas que se tornam conservadoras, por estarem esvaziadas de densidade histórica, só pode ser realizada se preenchidas das características básicas do materialismo histórico dialético. Aprofundar esta operação é o retorno a si mesmo. Esta operação fora realizada com maestria por aqueles renovadores que criticaram entusiasmadamente o próprio movimento de reconceituação do Serviço Social latino e que foram taxados de sectários ou até radicais.

Por fim, quando recuperamos o poder da crítica, tratando-as como autocrítica, evidenciamos não a limitação deste projeto profissional, ao contrário. Apontamos a inanição do projeto societário vigente, que é incompatível com o que aquele projeto profissional aspira. Ocultado pela racionalidade formal abstrata, ao desferir críticas superficiais sobre uma suposta incoerência do projeto ético político profissional, o disparo, que na realidade é contra o projeto societário vigente acaba resvalando no próprio projeto profissional, preservando imune o primeiro e expondo o segundo. Aí reside o esforço de aprofundar a autocrítica desta categoria profissional, evidenciando suas diferenças no campo plural, apresentando suas polêmicas, enfatizando-as publicamente nos espaços, saindo dos corredores e expondo-as para o conjunto desta categoria¹⁴.

Decerto que as relações políticas são costuradas nas entrelinhas, nos bastidores, mas apenas enquanto ensaiam-se as correlações de força, ansiosas para se apresentarem nas mesas, nos debates e para conduzirem ao maior número de profissionais os entendimentos de seu modo de organização e movimento na realidade. O projeto profissional não pode parecer uma grande frente ampla permeada por um falso hegemonismo que dilui as diferenças em nome de uma suposta unidade, ao contrário, deve ter suas disputas expostas, seus grupos bem delimitados, como fizeram na reconceituação e na renovação desta profissão no Brasil, este seria o alcance da unidade a partir da diversidade. Esta maioria política de difícil alcance parece ser um dos

¹⁴ Este movimento foi mais pródigo nesta categoria profissional, eram incontáveis os debates, mesas redondas, e temas polêmicos levados à tona no interior desta categoria, lembrem-se dos cadernos ABESS, dos debates na própria revista Serviço Social e Sociedade, por exemplo. Além dos momentos notáveis em CBAS, cujas polêmicas são mais evidentes para aqueles mais antenados politicamente, são poucas as publicações que desferem críticas e autocríticas a perspectivas teóricas do mesmo campo ético político plural. A última obra de fôlego neste sentido foi apresentada por Yamamoto (2007) em Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, há treze anos atrás.

únicos modos pelo qual puderam se afirmar, mesmo diante de contexto adverso da ditadura militar, os renovadores e rupturistas e que hoje temos certa dificuldade.

Ao passo da incapacidade ou limitação de criarmos ferramentas de autocrítica e a habilidade na difusão de críticas conservadoras contribuimos para construção dos andaimes da razão formal abstrata que teima reformar e conciliar os interesses de classe irreformáveis e irreconciliáveis, no interior e fora da profissão¹⁵. O projeto profissional atua como canal de consolidação da unidade teoria/prática e é, portanto, ele que será vítima de toda depreciação e corrosão desferidas por assistentes sociais apegados ao passado de tipo tradicional e que se valem desta crítica para seu espraiamento.

Estas aparentemente inofensivas críticas que apontam para a suposta ineficiência deste projeto profissional, que nem de longe esgotamos, encontra-se com a crítica conservadora que tem sua gênese no mesmo momento de nascimento do movimento de reconceituação do Serviço Social latino americano como resistência a ele. Como um espelho, aquele que critica o projeto profissional apartado dos fundamentos históricos teóricos e metodológicos, alheio a correlação de forças estabelecida entre as forças políticas na luta de classes e negador das determinações materiais das relações sociais, não auxilia na construção deste projeto histórico. A imagem invertida do espelho direciona a crítica que vem de nossas próprias fileiras não como uma salutar autocritica superadora, e sim como uma destrutiva crítica conservadora.

Como no conto “Uma aprendizagem” de Clarice Lispector¹⁶, o projeto profissional surge de uma vírgula do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro e do movimento de reconceituação do Serviço Social Latino Americano e hoje se encontra diante de dois

¹⁵ Este recurso de tratar as determinações do real e indicar seus desdobramentos como mediações que são identificadas ou que tem rebatimentos no “interior” ou “fora” da profissão não se trata de uma abstração ideal do real. Esta operação tem em vista facilitar a compreensão das determinações da realidade concreta de modo concreto abstrato, no pensamento evidenciando suas mediações. Esta designação só serve se compreendida nestes marcos, elas se dão na realidade, como não poderia ser diferente a luz da Teoria Social Crítica, de modo articulado, sem fronteiras e sem autonomia uma da outra, cuja gênese e movimentação tentamos, nos nossos limites, apresentar.

¹⁶ Nos referimos ao romance de 1969, intitulado “Uma aprendizagem” ou “Livro dos prazeres”. O livro inicia-se com uma vírgula e termina com dois pontos. Para os críticos a autora, Clarice Lispector, realizava uma inédita e inovadora marca temporal nunca vistas no romance brasileiro. A obra, segundo críticos, deveria ser lida como continuidade da publicação anterior, por isto a vírgula, e sua continuidade poderia ser encontrada em outros fragmentos posteriores a publicação em questão.

pontos. O antes já temos, devemos seguir construindo o adiante.

Referências

ABRAMIDES. M. B. C. A ANAS e sua relação com o projeto profissional alternativo de Serviço Social no Brasil: contribuição ao debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 30, ano 10, Abril, São Paulo: Editora Cortez, 1989.

ALMEIDA. A. A. Reflexão sobre o problema da conceituação do Serviço Social. **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, n. 19, ano 10, 1974.

ANAS. **O Serviço Social nas relações sociais**: movimentos populares e alternativas de políticas sociais. São Paulo: Cortez, 1987.

ANDER-EGG. **Manias e achaques del Servicio Social reconceptualizado**. Buenos Aires: ECRO, 1974.

BOEGLIN. M. O trabalho social, uma ocupação, um ofício ou uma profissão? **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, n. 28, ano 15, 1979.

BRANDÃO. C. R. Esteriótipos relativos ao assistente social entre estudantes universitários de Goiânia. **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, n.14, ano 8, 1972.

CARDOSO. F. G. **Organizações das Classes Subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA. Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO. M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2011.

KISNERMAN. N. **Ética para o Serviço Social**. tradução de Ana Maria Pia de Lima Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. Para onde vamos assistente social? **Debates Sociais**, n. 44-45, ano 23, primeiro semestre. Rio de Janeiro: CBCISS, 1987.

LOPES. J. B. **Objeto e Especificidade do Serviço Social**: pensamento latino-americano. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 1980.

NETTO. J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 5, ano 2, Março de 1971, 1971.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

OTTONI. B. V. **Metodologia do Serviço Social: contribuição para sua elaboração**. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

_____. **História do Serviço Social: Contribuição para construção de sua teoria**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

SILVA E SILVA. M. O (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. Ed. 7. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK. M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.